

Brasileira é tratada como escrava no Suriname

Vendedora disse à família, por telefone, que é obrigada a prostituir-se em garimpo perto da fronteira

CARLOS MENDES

BELÉM – A vendedora ambulante Rosângela Maria Negrão de Abreu, de 31 anos, que morava em Belém, no Pará, informou antontem à sua família que vem sendo mantida como escrava e foi obrigada a prostituir-se há cerca de dois meses, no bordel de um garimpo do Suriname, perto da fronteira com o Brasil. Rosângela está com malária e teria sido ameaçada de morte caso tentasse fugir do garimpo.

Segundo Ana Maria de Abreu, mãe de Rosângela, sua filha telefonou ontem para Belém e, quando narrava seu drama, o aparelho subitamente foi desligado. “Acho que ela está sob vigilância permanente”, disse Ana Maria. Ela contou que os documentos e o passaporte de Rosângela estão retidos em Paramaribo, capital do Suriname, em poder da dona do bordel – uma mulher que Rosângela conhece apenas pelo nome de Elizete.

Ana Maria disse que amigas de sua filha também telefonam

para dizer que Rosângela está precisando de ajuda. “Acredito que somente com o apoio da embaixada brasileira no Suriname será possível libertar minha filha e trazê-la de volta para Belém”, afirmou. “Prometeram emprego a ela num restaurante de Paramaribo, mas era tudo enganação.”

Em Belém, a Polícia Federal (PF) informou que nada pode fazer para resgatar a vendedora do suposto cativo onde estaria presa. Um agente da PF explicou a Ana Maria que o órgão não tem competência legal para atuar em outro país.

Itamaraty – O governo brasileiro, por meio de sua embaixada em Paramaribo, pode solicitar providências ao governo do Suriname, caso a ambulante esteja de fato retida. Segundo o chefe da Divisão de Assuntos Consula-

PASSAPORTE
ESTARIA RETIDO
EM
PARAMARIBO

28 MAI 1998

res do Itamaraty, Flávio Roberto Bonzanini, reter o passaporte é contra a lei. “O passaporte é propriedade do governo brasileiro”, esclarece. Para que qualquer providência seja tomada, porém, é preciso que a ambulante ou sua família registrem a queixa na própria embaixada ou no Itamaraty, em Brasília, tel. (061) 411-6262. (Colaborou Demétrio Weber)